



Aos 14 dias de dezembro de 2023, às 18h30min, realizou-se reunião ordinária do Observatório de Conflitos Estruturais, Complexos e de Alta Repercussão da ESM/AJURIS (OCECAR), iniciativa conjunta com a FMP, PUCRS e ESDM/POA. Presentes: Bochenek, Helena e Cíntia. Abertos os trabalhos, Cíntia justificou a suspensão das atividades do Observatório a partir da última reunião (agosto/2023) em virtude de problemas pessoais, pelo que pediu escusas a todos os integrantes do OCECAR. Em prosseguimento, situando o Observatório no contexto planejamento estratégico do Núcleo de Processo Coletivo (2023), realizou prestação de contas conforme tabela a seguir:

NÚCLEO DE PROCESSO COLETIVO				
	Atividades	Início	Término	STATUS
1	Dar continuidade às parcerias: FMP, ESA, EMAGIS, ESDM-POA, SEMA, PUCRS	01/03/2023	17/12/2023	Em andamento, no prazo
2	Realizar o atendimento através da Câmara Técnica de apoio à Jurisdição em Processo Coletivo e Direito Ambiental	01/03/2023	17/12/2023	Em andamento, no prazo
3	OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS ESTRUTURAIS			
3.1	Termo de cooperação da ESM com o TJRS, para atuação colaborativa com o Centro de Inteligência do Tribunal	01/03/2022	17/12/2022	Concluído 8.2021.5664/00000 5-5 (SEI)
3.2	Divulgação XXVII Jornadas Iberoamericanas Processo Civil	15/05/2023	17/05/2023	Concluído
3.3	Iniciar os trabalhos com os parceiros	01/05/2023	17/02/2023	Em andamento, com atraso
3.4	Constituir comissão de especialistas	01/05/2023	17/12/2023	Concluído
3.5	Constituir Rede de Gerenciamento Preventivo dos Litígios Complexos e/ou Massivos (latentes ou iminentes)	01/05/2023	17/12/2023	Em andamento, com atraso
3.6	Realizar pesquisa empírica e emitir notas técnicas	01/05/2023	17/12/2023	Não iniciado
4	Estudar os achados Relatórios de Vistorias Níveis I e II, emitidos pelo grupo de trabalho (GT) Segurança de Barragens, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), por meio do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS) ¹ .	01/05/2023	17/12/2023	Não iniciado
5	Atualizar, em parceria com a Fundação do Ministério Público, a minuta de anteprojeto de código de processo coletivo já apresentado por este Núcleo ² , em cotejo com os PLs nº 4441-2020 ³ e o PL 4778-2020, emitindo notas técnicas, com possibilidade de publicação de obra coletiva	01/05/2023	17/12/2023	Concluído

¹ Disponíveis em: <https://sema.rs.gov.br/seguranca-barragens>

² disponível em: http://www.escoladaajuris.org.br/esm/images/texto_entrega_AMB-1.pdf, acesso em 21/02/2021

³ disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01lvkbb90jnxdcupivhn7der259292.node0?codteor=1927512&filename=PL+4441/2020, acesso em 21/02/2021



Salientou o início dos trabalhos com os parceiros, com a constituição e instalação da Comissão de Especialistas, a aprovação do Regimento Interno e do texto de apresentação do Observatório, a divulgação dos trabalhos na XXVII Jornada Iberoamericana Processo Civil, bem como apontou os gargalos: (a) iniciar os trabalhos com os parceiros de forma pragmática, com reuniões de trabalho periódicas e escopo definido; (b) constituir Rede de Gerenciamento Preventivo dos Litígios Complexos e/ou Massivos, com ênfase aos conflitos latentes ou iminentes, que será o diferencial do Observatório; (c) realizar pesquisa empírica e emitir notas técnicas sobre problemas estruturais, complexos e de alta repercussão, ajuizados ou não. Pontuou a importância do convênio entre a ESM/AJURIS e o TJRS como ponto de partida para a obtenção de dados, estruturados ou não, sobre a conflituosidade estrutural, noticiando que a gestão atual do Tribunal gaúcho mencionou o início dos trabalhos com inteligência artificial para compilação de dados de inteligência sobre este e outros tópicos. A chapa da situação foi vencedora nas eleições para o próximo biênio, o que indica que a iniciativa terá continuidade, podendo agilizar os trabalhos do Observatório. Ainda destacou a importância da definição da periodicidade e o formato das reuniões; o escopo e a metodologia da pesquisa empírica a ser realizada. Bochenek informou que foram publicados (no âmbito da cadeira de processo estrutural da ENFAM, da qual é titular) dois livros com mais de trinta artigos cada, envolvendo pesquisa empírica, como resultado dos trabalhos acadêmicos das primeira e segunda turmas do mestrado profissional. A terceira turma construiu nota técnica para aprimoramentos do PL nº 1641/2021, que tem por apenso o PL nº 4441/2020. Em outra linha acadêmica, junto à Universidade Estadual de Ponta Grossa, trabalha o processo estrutural sob a perspectiva dos advogados, procuradores, professores e defensores públicos. Propôs-se a disponibilizar todo o prefalado material ao grupo. Outrossim, colocou-se à disposição para aproximar o Observatório tanto da ENFAM quanto do TRF4. Cíntia agradeceu o relato e a disponibilidade de compartilhamento das pesquisas com o Observatório e apontou que poderemos discutir e aprovar a mesma metodologia de pesquisa utilizada por Bochenek, cujo trabalho, desde já, permitirá um maior refinamento do escopo da(s) pesquisa(s) a ser(em) realizada(s) pelo Observatório, o que representa um significativo avanço. Agradece também pela manifestação de interesse em colaborar para a construção da Rede de Gerenciamento Preventivo dos Litígios Complexos e/ou Massivos. Cíntia acrescenta que, como pesquisadora na ENFAM, também colaborou na confecção de artigos que integram dois livros institucionais, a tratarem de temas de ponta sobre os conflitos estruturais, podendo ser citados “Os Conflitos Estruturais sob a perspectiva ESG” e o “Tratamento estrutural das demandas repetitivas”, ambos de sua autoria, material que também disponibilizará ao grupo. Helena informa que na data de hoje o CNJ instituiu o Fórum Nacional das Ações Coletivas, nomeado os seu integrantes (Portaria da Presidência nº 363/2023), entendendo que o Observatório poderá colaborar de forma eficiente para os trabalhos do Fórum, compartilhando experiências e pesquisas de campo, além das notas técnicas a serem expedidas. Coloca-se à disposição para a interlocução entre o CNJ e o



Observatório, bem como entre o TJSP e o OCECAR. Cíntia agradece a Helena e salienta que a criação do Fórum Nacional das Ações Coletivas pelo CNJ representa um grande passo na direção do trabalho em rede, destacando que Helena, Vitorelli e João Ricardo integram, simultaneamente, o Observatório e o Fórum, o que viabilizará um profícuo diálogo acadêmico-científico para o aprimoramento do processo estrutural. Outrossim, a parceria com o TJSP será muito bem-vinda e dignificará, ainda mais, o OCECAR. Por fim, menciona que os termos do convênio com o TJRS funciona com documento-base, que poderá ser customizado de acordo com as necessidades e interesses institucionais de cada um dos parceiros da Rede de Gerenciamento Preventivo dos Litígios Complexos e/ou Massivos. Os presentes deliberara por reuniões mensais e on line. Cíntia publicará o calendário das reuniões de 2024 no grupo de WhatsApp, para que todos possam agendar-se com antecedência. Nada mais a tratar, agradeceu aos presentes, sendo a reunião encerrada em 18h30min. Nada mais.